

Sujeito, discurso e ideologia: a constituição de identidades na cultura midiática

Raldianny Pereira dos SANTOS*

Resumo

Este trabalho analisa o papel da linguagem na constituição de identidades nos sistemas culturais que as compõem. Na atualidade, um dos principais sistemas culturais são, sem dúvida, os meios de comunicação de massa. Seus discursos perpassam cotidianamente nossas relações sociais mediando os processos de construção e deslocamento de identidades. Neste sentido, buscamos uma reflexão sobre o papel da mídia como agente significante, ou seja, como dispositivo capaz de fazer as coisas e as pessoas significarem. Desta maneira, acreditamos contribuir para o debate e a compreensão de como a cultura midiática participa da construção de identidades na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Discurso. Construção de identidades. Cultura midiática.

Abstract

This work analyzes the *locus* of the language in the identities constitution in the systems that compose them. At the present time, one of the main cultural systems are, without a doubt, the mass communication means. Their speeches pass by daily our social relations mediating the identities construction processes. In this sense, we seek a reflection on the paper of the media as significant agent, in other words, like able to device do the things and people mean. Thus, we believe to contribute for the debate and the comprehension of as the mediatic culture takes part in the identities construction in the contemporary Brazilian society.

Keywords: Discourse. Identity construction process. Mediatic culture.

Introdução

A proposta deste trabalho é buscar compreender os processos de constituição dos sujeitos, aqui compreendidos como seres sociais construídos a partir de uma identificação¹ mediante uma interpelação, um discurso, ou seja, um efeito de sentido entre outros sujeitos, que se dá ideologicamente pela sua inscrição numa dada formação discursiva (ORLANDI, 1999). Dito de outra forma, consideramos que o sujeito ocupa uma posição no espaço social e, como tal, produz um discurso determinado por um lugar e tempo histórico, que vai situar-se em relação aos discursos do outro. Desta

* Professora do Departamento de Comunicação e Turismo da UFPB.



maneira, nossa reflexão se insere no campo de conhecimentos e questões sobre a linguagem, quer dizer, a Análise de Discurso (AD).

A linguagem não é transparente, não é neutra. Carregada de um conteúdo simbólico, através dela nos confrontamos cotidianamente com o mundo, com os outros sujeitos, com os sentidos e com a história contribuindo, com o nosso pensamento e ação, para reproduzi-los ou transformá-los (ORLANDI, 1999). Para a AD, a linguagem é linguagem porque faz sentido e só faz sentido porque se inscreve na história, funcionando como uma mediação entre o homem e a realidade natural e social. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”. (ORLANDI, 1999, p.15)

Um dos aspectos principais da AD é o significado dado à noção de ideologia a partir da consideração da linguagem. Trata-se de uma definição discursiva de ideologia, ou seja, a compreensão de que a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 1999, p.46) na medida em que, diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. Ora, não há sentido sem interpretação, portanto, sem ideologia. E não temos como não interpretar. Logo, não temos como escapar da presença da ideologia em nossas vidas. “Assim considerada, a ideologia não é ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo” (ORLANDI, 1999, p.47).

Hall também articula uma noção de ideologia com referência na linguagem. Para ele, a linguagem apresenta uma função “multirreferencial” ao permitir que um mesmo fenômeno ou uma mesma relação social possa ser diferentemente representada ou construída:

Por ideologia, refiro-me às estruturas mentais – as linguagens, os conceitos, as categorias, imagens do pensamento e os sistemas de representação que diferentes classes e grupos sociais desenvolvem com o propósito de dar sentido, definir, simbolizar e imprimir inteligibilidade ao modo como a sociedade funciona (HALL, 1996, p.26).

É importante observar a clara presença do pensamento althusseriano na elaboração de Hall no que se refere a sua compreensão de “ideologia” como sistema de representações. Lembramos que Althusser empreendeu uma complexa análise de como os processos ideológicos funcionam e de como os sujeitos são recrutados pelas ideologias, no seu propósito de mostrar que a subjetividade pode ser explicada em termos de estruturas e práticas sociais e simbólicas. Neste percurso, ao buscar elaborar uma “teoria da “ideologia em geral”, alertou para seu “caráter necessário [...] como uma estrutura essencial à vida histórica das sociedades”, destacou seu caráter eterno, “onipresente”, “trans-histórico”, no mesmo “sentido em que Freud formulou uma teoria do inconsciente em geral” e apontou ainda para sua “história própria” como “sistema de representações”, ou seja, sistema simbólico (ALTHUSSER, 1974, p.76).²

Por outro lado, Hall afirma que “é precisamente porque a linguagem, o meio de pensamento e cálculo ideológico, é ‘multiacentuada’ como Volosinov colocou, que o



campo do ideológico é sempre um campo de ‘cruzamento de ênfases’ e de ‘cruzamento de interesses sociais diferentemente orientados’” (HALL, 1996, p.40).

O interessante é que, por um mecanismo da própria linguagem, somos levados a pensar que os discursos se originam em nós – reflexo do sonho adâmico de ser o primeiro homem dizendo as primeiras palavras –, quando na verdade retomamos sentidos preexistentes. O chamado “esquecimento ideológico” produz o efeito de “evidência do sentido”, quer dizer, a impressão de que ele está lá nas palavras pronunciadas que significariam apenas e exatamente o que queremos. Daí a ilusão da transparência da linguagem, dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI, 1999).

A AD aborda ainda outro tipo de esquecimento no discurso – o da ordem da enunciação – que estabelece uma relação “natural” entre as palavras e as coisas, isto é, uma sensação de que o que dizemos só poderia ser dito daquela e não de outra forma. Trata-se de uma “ilusão referencial”, uma crença na existência de uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo (ORLANDI, 1999). Assim, o esquecimento – tanto da ordem ideológica quanto enunciativa – é estruturante

Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito (...) para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que (...) retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles (...) sentidos e sujeitos estão em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 1999, p.36)

Ao fazer estas considerações, a AD “inclui – como não o faz a lingüística – o sujeito, ao mesmo tempo em que o descentra, isto é, não o considera fonte e responsável do sentido que produz, embora o considere como parte desse processo de produção” (ORLANDI, 1990, p.29).

Bacega, ao discutir o campo da comunicação, alerta para o fato de que “todo enunciador é, ao mesmo tempo, enunciatário de um conjunto de discursos que constituem o universo social do qual participa” (apud CORREA, 1995, p.17). Barros e Martino também destacam a construção social dos discursos e o descentramento do sujeito ao analisarem que

A ilusão idealista de que o sujeito/autor é a origem de toda manifestação discursiva advém de um duplo “esquecimento”: de um lado, a de que todo discurso tem sua origem no social e, de outro, de que nem toda manifestação advém de um cálculo, de uma representação, de um saber teórico. Apelamos, assim, no estudo das manifestações subjetivas, para a existência de um saber prático, ou seja, disposições estruturadas pelo meio, geradoras de comportamento e expectativas (BARROS; MARTINO, 2003, p.42-43).



Podemos identificar nas palavras de Barros e Martino uma associação entre o discurso – engendrado no social – e a prática – as ações dos indivíduos sustentadas por aquele(s) discurso(s). Martín-Barbero também observa esta interrelação ao elaborar e propor sua concepção de discurso-prática. Para este autor latino-americano, se pensado como prática, o discurso adquire um volume histórico

(...) um discurso não é jamais uma mônada, mas o lugar de inscrição de uma prática cuja materialidade está sempre atravessada pela de outros discursos e outras práticas. Intertextualidade diz, nesse caso, não só das diferentes dimensões que num discurso fazem visível e analisável a presença e o trabalho de outros textos, [...] mas diz, também, da materialização no discurso de uma sociedade e de uma história (1978, p.137).

No que se refere à intertextualidade propriamente dita – a relação de um texto com outros textos – Pinto (1999, p.27) considera que “todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de vozes ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado”. Já o que Martín-Barbero chama “materialização no discurso de uma sociedade e de uma história” aproxima-se do que em AD representa o interdiscurso: conjunto de formulações constituídas ao longo dos tempos, esquecidas, mas vivas na “memória” social, que determinam o que pensamos, dizemos e fazemos.

Portanto, falar de memória em relação ao discurso implica falar de interdiscurso, isto é, tudo já dito em outros lugares, independentemente, já esquecido, e que determina o que dizemos. “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso...” (ORLANDI, 1999, p.33). Noutras palavras, é o que a AD denomina memória discursiva: todos os sentidos construídos e manifestos por alguém, em algum lugar, em diversos momentos, mesmo muito distantes que estão na base do dizível, que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído (ORLANDI, 1999).

Entretanto, ao pensarmos a linguagem discursivamente, nem tudo significa um movimento de retorno ao mesmo, ao já-dito. A linguagem funciona mediante uma tensão entre paráfrase e polissemia, ou seja, todo discurso é produzido a partir de uma relação entre o mesmo e o diferente. Logo, desvendar como os discursos funcionam requer considerar um “duplo jogo da memória” que, pelo esquecimento, tanto pode reproduzir e cristalizar o mesmo quanto torna possível o diferente. Os processos parafrásticos estão relacionados à memória institucionalizada (o arquivo) que conduz à estabilização. Refere-se àquilo que em todo dizer se mantém, ou seja, o dizível. Já a polissemia está do lado da memória constitutiva (o interdiscurso) aquilo que também pelo esquecimento permite um deslocamento, a elaboração de um outro, a ruptura de processos de significação.

Se (...) o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. (...) Por isso, (...) a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já



estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo...
(ORLANDI, 1999, p.36-37).

A paráfrase está relacionada à repetição, à produtividade, à variedade do mesmo, “é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 1999, p.38). As constantes reiterações de sistemas de percepção constituídos histórico-socialmente se concretizam numa espécie de conhecimento social geral que orientam os comportamentos dos indivíduos na direção daquilo que é aceitável pelos grupos dos quais fazem parte.

Em contrapartida, há a polissemia, ligada à ruptura, à criatividade, ao deslocamento de regras fazendo irromper o diferente, “simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico”, fonte da linguagem, ela própria condição de existência dos discursos, “pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 1999, p.38).

O desafio de quem se debruça sobre a análise de discurso é exatamente conseguir desvendar a relação entre a paráfrase e a polissemia na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos procurando compreender “comourando compreender cao cionam na constituicao tos de sentido no mesmo objeto simbolico.omo o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eterniza, num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder” (ORLANDI, 1999, p.38). Como afirma Brandão (1996), esta compreensão coloca o sujeito numa posição privilegiada e considera a linguagem como o lugar da constituição da subjetividade.

Isto significa dizer que a AD trabalha continuamente a articulação entre estrutura e agência, reconhecendo que nem sujeitos nem sentidos estão irremediavelmente fixados, tampouco desfrutam de liberdade absoluta. Mas a possibilidade de atravessar as evidências e sobrevir o irrealizado está sempre presente, afinal, se a interpretação das palavras e das coisas – a produção de sentidos – é determinada pelas memórias institucional e constitutiva, não significa que ela seja necessariamente imóvel (ORLANDI, 1999). Assim, ao entender o sujeito como “reconstrutor” de um discurso que não é só ou puramente dele, a AD “(...) procura ressitua-lo entre um paradigma da objetividade, que o ignorava, e um outro subjetivista que, ao superestimar sua dimensão criadora, esquece e faz esquecer sua dimensão mediadora entre uma polifonia que precede a ele e a uma manifestação discursiva dela decorrente” (BARROS; MARTINO, 2003, p.48-49).

Cabe, portanto, ao pesquisador identificar no mecanismo parafrástico de um objeto simbólico os chamados efeitos metafóricos, ou seja, os deslocamentos, as transferências, as variações, os deslizamentos de sentidos que propiciam no movimento da identidade a projeção em outros sentidos, favorecendo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem.

A construção discursiva das identidades na cultura midiática

Já discutimos a estreita relação entre sujeito, discurso e ideologia. Neste momento, pretendemos aprofundar a reflexão destacando o papel da linguagem na constituição de



identidades nos sistemas de significação que as compõem, com destaque para os meios de comunicação de massa.

Como ocorre o processo de construção de identidades? Para responder a essa pergunta é necessário pensar sobre a relação que se estabelece entre subjetividade e intersubjetividade. A primeira corresponde ao modo como cada sujeito percebe e compreende seu eu. Subjetividade constitui, portanto, “um atributo essencialmente individual, que envolve sentimentos e pensamentos mais pessoais” (SIMÕES, 2003, p.2). Intersubjetividade, por sua vez, refere-se ao modo como os sujeitos estão inscritos num determinado espaço sócio-cultural em que a produção dos sentidos se dá pela ação e interação dos atores sociais. Logo, pode-se dizer que a intersubjetividade representa “a projeção das subjetividades dos indivíduos de modo cruzado, ou seja, há um entrelaçamento das diferentes subjetividades” no terreno cultural e social (Idem).

O processo de construção de identidades é resultante destas complexas relações entre os diversos atores sociais num contínuo movimento de aproximações e distanciamentos decorrentes de sentimentos de semelhanças e diferenças entre os indivíduos, fazendo com que as pessoas se identifiquem e se reconheçam como integrantes ou não deste ou daquele grupo. Como explica Woodward (2000, p.55), “(...) nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade”.

Simões (2003, p.2) ressalta que esta compreensão do processo de construção de identidades como “complexo, múltiplo e móvel”, que se efetiva por meio de uma “dinâmica intersubjetiva de constituição dos sentidos (...) marcada por contradições, por identificação e alteridade” tem como importância fundamental a ruptura com a concepção de uma “identidade fixa, de um núcleo sólido e compacto”. Pelo contrário, apresenta a oportunidade de falar em identidades (no plural), ou seja, “em pontos de identificação que proporcionam aos homens sentimentos de pertencimento dentro da rede simbólica em que estão inseridos”. Este novo enfoque, como indica Hall, torna a identidade “uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987 *apud* HALL, 2001, p.12-13).

O conceito de interpelação, o qual Hall toma de empréstimo, foi utilizado por Louis Althusser em seu ensaio “Os aparelhos ideológicos de Estado”, publicado em 1971, onde ele tenta

(...) evitar o economicismo e o reducionismo das teorias marxistas clássicas sobre ideologia, reunindo em um único quadro explicativo tanto a função materialista da ideologia na reprodução das relações sociais de produção (marxismo) quanto a função simbólica da ideologia na constituição do sujeito (empréstimo feito a Lacan). (HALL, 2000, p.112-113)

O termo faz referência ao modo como os sujeitos – ao se reconhecerem como tais: “sim, esse sou eu” – são recrutados para ocupar certas posições de sujeito (WOODWARD, 2000, p.59), ou seja, são convocados a assumir seus lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares, num processo de produção de subjetividades,



“que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”” (HALL, 2000, p.112). Afirma Althusser: “A ideologia... ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos... ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (...) por esta operação muito precisa a chamei de interpelação” (1974:146).

Mas afinal, como os sujeitos formam e transformam suas identidades? Como são representados ou interpelados nos sistemas culturais? Um dos principais sistemas culturais da atualidade são os chamados meios de comunicação de massa. Segundo Hall, “os meios de comunicação *definem*, não simplesmente *reproduzem*, a “realidade”” (*apud* ESCOSTEGUY, 2001, p.62). O autor defende seu ponto de vista com o argumento de que

(...) definições de realidade são sustentadas e produzidas através de todas aquelas práticas lingüísticas – entendidas num sentido amplo – por meio das quais definições seletivas do ‘real’ são representadas. Mas representação é uma noção muito diferente daquela de reflexão. Implica o trabalho ativo de selecionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não simplesmente de transmitir um significado já existente, mas o trabalho mais ativo de *fazer as coisas significarem*. (HALL, 1982, p. 64 *apud* ESCOSTEGUY, 2001, p.62)

Para Escosteguy, o que está aqui sendo questionado é o papel “reflexivo” dos meios de comunicação e a concepção da linguagem como algo “transparente”. A autora defende o mesmo ponto de vista já apresentado neste trabalho ao afirmar que, “na realidade, a representação implica uma prática, uma produção de sentido” (2001, p. 62) que se dá através da linguagem, isto é, dos discursos – entendidos como “materialidades simbólicas que exigem a interlocução entre os sujeitos e estão inscritos em contextos” (SIMÕES, 2003, p.3). Ou, como afirma Costa, a linguagem traduz a

(...) oposição dialética entre interioridade e exterioridade, entre subjetividade e objetividade,... [permitindo] ao homem compartilhar com os outros as impressões obtidas a partir de sua experiência vivida e processada internamente. Assim se constituiu a cultura, que é, na definição de Geertz, o compartilhamento de significados relativos ao mundo e aos homens que dele fazem parte. (COSTA, 2002, p.11)

Portanto, os sujeitos, ao serem representados na mídia, têm suas identidades construídas discursivamente, pois a representação é uma ‘prática significante’ e, conseqüentemente, “os meios de comunicação são agentes significantes”, ou seja, através de seus discursos, “fazem as coisas [e as pessoas] significarem” (HALL *apud* ESCOSTEGUY, 2001, p.62).

Para Simões (2003, p.3), afirmar que as identidades são elaboradas discursivamente “significa sustentar que elas são construídas através de práticas realizadas em determinados contextos pelos atores sociais que marcam sua experiência no mundo através da palavra e investem de sentido a realidade social”. Desta maneira, não se pode negar que os discursos produzidos pela cultura midiática participam da constituição das identidades.



Assim, atualmente, a construção de identidades é fortemente mediada pelos meios de comunicação, pois “aproveitando-se do que já é conhecido do público e de suas disposições cognitivo-compreensivas” (BARROS; MARTINO, 2003, p.227), “a mídia constrói uma série de padrões específicos de subjetividades para o público” (TURNER, 2000, p.27), gerando um vínculo intersubjetivo com base na cultura.

Na sociedade contemporânea, não somente no território nacional brasileiro, observa-se um “processo de estilhaçamento do indivíduo em múltiplas posições e/ou identidades” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 39), fenômeno alvo de intensas discussões no âmbito da teoria social sob a denominação de “crise de identidade”. Segundo Mercer (1990), é justamente este aspecto de “crise” que vem conferindo ao assunto “identidade” tanta atenção por parte dos mais diversos campos do conhecimento, com especial destaque para a área das ciências sociais.

É exatamente o que se verifica nas várias sociedades do mundo, chamado por alguns de pós-moderno: a substituição de antigas identidades por novas formas de ser, estar e agir no cenário social. Este fenômeno, no entanto, não tem ocorrido de forma “suave” ou “pacífica”. Pelo contrário, o deslocamento das identidades tem sido marcado por acirrados conflitos (WOODWARD, 2000).

Conclusão

No corrente processo de deslocamento contínuo de identidades do indivíduo não podemos desconsiderar a expressiva participação da cultura midiática, materializada nos meios de comunicação, por constituir uma das principais fontes de significados, foco de identificações e sistema de representação da sociedade dos nossos dias. Através do diálogo que estabelece diariamente com os receptores, e “aproveitando-se de suas disposições cognitivo-compreensivas”, a mídia oferece ininterruptamente aos agentes sociais uma variedade de identidades possíveis em diferentes momentos, de tal modo que as identificações dos sujeitos vão sendo constantemente deslocadas (HALL, 2001).

Neste contexto, insere-se a problemática da constituição das identidades de gênero na sociedade brasileira, uma das mais importantes variáveis explicativas do contexto social contemporâneo. Desta maneira, é possível pensar em masculinidades e feminilidades como construções sociais de sujeitos históricos com identidades flexíveis e plurais, em constante movimento, podendo reproduzir permanências que reafirmem seculares relações de poder, mas também, tendo a chance de promover mudanças no sentido da conquista de uma relação simétrica entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres.

Notas

¹ Utilizamos este termo justamente para frisar nossa atenção, neste estudo, sobre o processo de subjetivação que envolve todo um trabalho discursivo e simbólico. Assim, empregamos o conceito de Hall (2000, p. 106) que apresenta a identificação como uma “prática de significação”.

² Outros autores indicam o caráter necessário da ideologia e se referem a sua especificidade como sistema de representações a exemplo de Montes (1983) e Sarti (1996).



Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.
- BALOGH, Anna Maria. **O discurso ficcional na TV: sedução e sonho em doses homeopáticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro de Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. **Ficção, comunicação e mídias**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- CORREA, Tupã Gomes. (Org.). **Comunicação para o mercado**. São Paulo: Edicon, 1995.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais – uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, Stuart. The problem of ideology: marxism without guarantees. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Orgs.). **Stuart Hall – critical dialogues in cultural studies**. London, New York: Routledge, 1996, p. 25-46.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Comunicación masiva: discurso y poder**. Quito: Editora Época, 1978.
- MERCER, K. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (Org.). **Identity: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista: discurso do confronto Velho e Novo Mundo**. Campinas: Cortez, 1990.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SIMÕES, Paula Guimarães. A produção discursiva de Porto dos milagres – diálogo com a realidade social e construção da identidade nacional. In: XXVI CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO – Núcleo de Ficção Seriada, 2003, Belo Horizonte, MG.
- TURNER, Graeme. **British cultural studies**. London: Routledge, 2000.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, Petrópolis: Vozes, 2000.